

## **Encontros e desencontros: uma discussão da narrativas de policiais militares a partir da noção de performatividade.**

**Rafael de Medeiros Knabben**

A partir da curiosidade gerada da minha participação em protestos em que a atuação policial foi determinante para o que eles vieram a ser, fiz o meu trabalho de conclusão de curso para Ciências Sociais na UFSC os policiais que atuaram em manifestações. Nessa pesquisa, busquei estudar narrativas de policiais militares sobre as suas experiências pessoais nas atuações junto às manifestações contra os aumentos das tarifas de ônibus em Florianópolis nos anos de 2005 e 2007. Apesar de considerar a trajetória que tive ao longo desse trabalho importante para o meu aprendizado então, ele possui alguns pontos inconsistentes no que tange o estudo de narrativas. O primeiro que gostaria de relevar aqui é que, apesar de ter evitado fazer “entrevistas fechadas com perguntas e respostas diretas” nos encontros com os policiais militares, acabei por tomar as suas narrativas enquanto “histórias que tenham início, meio e fim, com uma lógica de articulação interna – histórias que podem sempre ser reconstruídas, resignificadas, buscando dar sentido, organizar e trazer coerência ao vivido”. Foi através dessa sequência ordenada e “articulação interna” que pude, por exemplo, utilizar o conceito de drama social de Victor Turner para compreender o evento emerso dos relatos estudados (KNABBEN, 2008; TURNER, 1957). Dessa maneira, ao imputar às narrativas um “início, meio e fim” considerado anterior ao narrar, “uma lógica de articulação interna”, e a tentativa de “organizar e trazer coerência ao vivido”, não se está apenas pré-concebendo a forma e o sentido das narrativas como um todo, mas também dando pouco raio de manobra para um estudo das narrativas que vá além do seu conteúdo.

A inconsistência disso se encontra do fato de que o valor comunicativo das narrativas, como na comunicação em geral, vai além do que é falado, das palavras propriamente ditas. Os vários sentidos que podem emergir do que é contado não se encontram apenas na “lógica de articulação interna” da narrativa, mas no seu envolvimento com outros aspectos que lhe estão além, seja nos seus elementos indexicais, chavões e outros elementos temáticos utilizados por quem conta no relacionar-se com seus interlocutores (BRIGGS, 1988; HANKS, 2008). Ao ignorar as próprias circunstâncias das quais as narrativas são somente parte, acabei por deixar de lado uma série de potencialidades do que vem a ser um estudo de narrativas.

Dito isso, o trabalho que aqui escrevo visa retomar essa pesquisa e aproximar o meu material etnográfico dela proveniente a leituras e discussões com que me deparei após a apresentação do meu TCC, principalmente as concernentes à performatividade.

Assim sendo, o que J. L. Austin tratou sobre a sua teoria dos atos de fala pode vir a contribuir com a discussão que proponho aqui. Esse autor, ao se contrapor à noção do positivismo lógico de que o sentido de um enunciado é função das suas condições de verdade, fez notar que se pode não apenas dizer algo ao falar, mas também agir sobre a realidade através das palavras. Com isso, apesar de distinguir os enunciados constativos – em que a ênfase está na verdade ou falsidade fatural do que se diz, tal como em “a noite está estrelada” - dos enunciados performativos – através dos quais se age sobre o mundo, independente da veracidade ou não do dito, como com um fiscal de vestibular ao dizer “a prova acabou” -, Austin concluiu que todos os enunciados são performativos, pois mesmo ao constatar algo se está agindo sobre o mundo (AUSTIN, 1982). Exemplo disso é que, ao afirmar que o céu está estrelado, pode-se estar informando alguém desse fato, ou, como numa festa de estudantes universitários, criar assunto com alguém desconhecido a fim de conhecê-lo. Ou seja, os efeitos da ação sobre a realidade que acompanha o que é dito depende de fatores que não se limitam ao que é linguístico, mas devem lidar também com o que Austin chamou de condições de felicidade para o sucesso do que se almejou fazer ao dizer algo (AUSTIN, 1982).

Ainda quanto aos efeitos das proposições de Austin sobre os atos de fala, elas servem de pano de fundo para a crítica de Judith Butler à separação entre as dimensões social e linguística proposta por Pierre Bourdieu. Para Butler, a mágica social de Bourdieu, a força produtiva dos atos de fala performativos que dá a certos atos de discurso a força de eficácia da autoridade, não implica no dualismo entre o social e o linguístico e, muito menos, na prevalência daquele sobre este, como quer esse autor (BUTLER, 1999). Ao invés de submeter essa discussão a uma questão de produção da autoridade necessária para a eficácia da ação que atravessa a fala a partir de um campo social pré-existente (onde os sujeitos se posicionariam), ela irá recorrer a uma noção de atividade prática interpelativa para superar tal dualismo, a de performatividade. Assim, as interpelações, enquanto performativo, estabelecem a constituição discursiva do sujeito de maneira inseparável à sua constituição social. Um exemplo disso dado por essa autora é o de alguém que é chamado de “girl” e é “girled” ao longo do tempo. Assim, através de interpelações difusas, tem-se a produção constante e temporalmente localizada no seu caráter performativo de um sujeito que não se reduz, nem ao que vem a ser o social e nem o discursivo em Bourdieu (BUTLER, 1999). Isso porque uma posição social é produzida em parte através de um processo repetido de interpelação (a girl being continuously girled), que, por sua vez, se dá através de atos de fala performativos que não se reduzem ao linguístico.

Entretanto, tal posição social não se dá de maneira estável e unidirecional. Butler salienta com intensidade o papel da resignificação de termos hegemônicos possível na temporalidade do habitus de Bourdieu como meio de resistência e criação:

“The performative is not merely an act used by a pregiven subject, but is one of the powerful and insidious ways in which subjects are called into social being, inaugurated into sociality by a variety of diffuse and powerful interpellations. In this sense the social performative is a crucial part not only of subject formation, but of the ongoing political contestation and reformulation of the subject as well. In this sense, the performative is not only a ritual practice: it is one of the influential rituals by which subjects are formed and reformulated. (BUTLER, 1999, pg. 125)”

Quanto às críticas ao meu TCC do início desse trabalho, essa discussão que parte de Austin e vai até Butler nos permite iluminar alguns pontos a ser superados. Como afirmei acima, o meu estudo das narrativas dos policiais militares ficou demasiadamente atrelado aos relatos em si, ao que foi neles contado. Com isso, muitos elementos etnográficos importantes acabaram por ficar de lado nessa pesquisa, empobrecendo esse meu trabalho. Entre tais elementos, posso citar o longo processo de procura por interlocutores dispostos a participar da pesquisa, os contatos por telefone e e-mail, e todos aqueles momentos que circundam o relato das suas experiências com o gravador ligado, o seu antes e depois, que, em muitas vezes, dura mais e nos traz mais elementos que quando o sujeito de pesquisa está “oficialmente” narrando.

Um exemplo disso foi o policial militar que era então cadete, membro do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o qual conheci através de um amigo em comum. Desde o nosso primeiro contato ele se mostrou entusiasticamente interessado em participar da pesquisa, pois ele tinha “coisas para contar”, “denúncias” a fazer sobre o que passam os policiais militares nos protestos contra os aumentos de tarifas de ônibus, e que havia coletado vídeos que poderiam me mostrar o que se passou. Diante de tamanha vontade em denunciar, por princípios éticos frisei constantemente desde o início os objetivos da pesquisa que vinha fazendo, que não se tratava de um trabalho de denúncias, mas uma estudo de narrativas sobre experiências pessoais. Ainda assim ele aceitou se encontrar comigo para fazer o seu relato.

Quando cheguei no seu apartamento, ele se encontrava com outros dois amigos e a sua namorada, jogando *video game* na sala. Depois de alguns minutos, com a conclusão da partida de futebol que jogavam quando cheguei, eu e o cadete nos sentamos numa mesa onde ele havia deixado o seu computador com os tais vídeos. A partir do momento em que o cadete largou o *console* do *video game* e passou a conversar comigo, ele começou a contar sobre a sua atuação nas manifestações e sobre coisas da sua profissão, parecendo procurar me introduzir àquilo que iria aprofundar logo depois no seu

relato. Entretanto, já aí surgiam denúncias do que os policiais passam, enquanto eu tentava por uma última vez esclarecer que o meu objetivo com a pesquisa era outro.

O seu relato, já com o gravador ligado, partiu contando sobre como muitos saíram feridos numa noite de manifestação, “inclusive temos alguns policiais militares que ficaram com bastante tempo com licença do departamento de saúde”, ferimentos “que foram ocasionados por apedrejamentos de manifestantes que lesionaram gravemente, policiais saíram de lá sangrando, muitos com o rosto sangrando, com corte no rosto e tal”. E então, reclamou: “isso também não foi noticiado pela imprensa, a imprensa noticia o que dá IBOPE, né, e o que dá IBOPE é a polícia truculenta, a polícia que não tem conhecimento técnico, a polícia que não saber agir dentro da legalidade, isso dá conhecimento, isso dá IBOPE.” E essa foi a tônica de grande parte da sua narrativa, ora denunciando aquilo pelo que o policial passa e ninguém mostra, ora esclarecendo o que é a polícia, o policial, o que e como tinha que fazer para “gerenciar a crise” que era o protesto.

Algumas fotografias e vídeos eram volta e meia referenciados e mostrados, como uma evidência daquilo que o cadete queria me mostrar para ser publicizado. Infelizmente (ou felizmente, enquanto um imponderável frutífero do trabalho de campo), porém, ao procurar aleatoriamente uma cena de um documentário sobre essas manifestações, ele parou sobre uma em que eu, o seu interlocutor, aparecia conversando e gesticulando avidamente com um policial militar visivelmente assustado. O cadete parou por uns segundos sobre aquela cena, me olhou e voltou ao monitor do seu *laptop* algumas vezes, como se confirmando se aquele rapaz discutindo com o seu colega era eu, e então continuou a buscar aleatoriamente o que estava procurando. A partir daquela situação, porém, eu não era mais apenas o “rapaz da UFSC”, mas havia me tornado um manifestante, talvez alguém que perpetrara algum dos atos que ele ali me denunciava. A sua disposição para continuar a nossa conversa diminuiu visivelmente e alguma irritação surgiu quando insistia para que continuasse falando sobre um ou outro assunto. Não demorou muito, o gravador estava desligado e sem nos prolongarmos em nenhum gênero de conversa mais informal, como nas outras oportunidades que tive, fui embora.

Ao evocar aqui o que um narrador tentou fazer na nossa conversa, não procuro reduzir essas narrativas às supostas intenções dos seus autores ao relatá-las, como se fossem a realização e a representação de uma vontade anterior a elas. De certa maneira, trata-se justamente do contrário a isso, pois o que estou buscando aqui é aproximar esses relatos da performatividade do narrar. Ou seja, de um lado, reconhece-se que, ao enunciar, se está também agindo no que vem a ser a relação entre os interlocutores – o contar que é também um denunciar; o explicar que é também um mostrar –, e, de outro, na medida em que o performativo, justamente por ser ativo, é temporal e não é estável, a narrativa acaba por se tornar um processo em aberto no qual os seus rumos nunca estão determinados a

*priori*, estando inclusive o que vem a ser a intenção do narrador em jogo, potencialmente em constante formação e recriação.

As performances verbais, portanto, não estão submetidas a um contexto social ou intencional que as precede. Elas são contextualizadas no evento da própria performance através de conexões fáticas e indiciais (CARDOSO, ???). A narrativa, a partir daí, transborda o próprio narrador na medida em que ela é também uma experiência aberta por ser interpelativa. Ao parar aletoriamente na cena em que eu discutia com um policial numa manifestação, por exemplo, o cadete não apenas viu frustrada a sua constante ação de denúncia, a sua própria posição na relação que estebelecíamos mudou drasticamente.

Segundo Kira Hall, a noção de performatividade de Butler arma uma armadilha ao, apesar de reconhecer o caráter localizado e constitutivo no próprio ato, não levar em conta as propriedades emergentes desse ato e a agência dos sujeitos para focar principalmente na iterabilidade, na repetição de ações que vieram antes – deixando como única saída para essa situação a ressignificação dos termos. Dessa forma, ainda com Hall, ainda se há de esperar por “uma conciliação entre a teoria de Butler com um entendimento etnográfico do contexto e a diversidade de conceituações de agência que vem com ele” (HALL, 2000, pg. 186).

Apesar de considerar a maneira com que Hall abordar Butler um tanto limitante em relação às potencialidades que esta traz, gostaria de aproveitar a oportunidade para trazer a essa discussão as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari aos estudos da linguagem, que me parecem poder aprofundar o que viemos desenvolvendo até aqui.

Para esses autores, a linguagem é transmissão de *palavras de ordem*, de enunciados que selecionam e estabelecem o que deve ser visto e guardado através do que é dito, e que realizam transformações incorpóreas sobre as interações entre os corpos (DELEUZE & GUATTARI, 2005). Tais transformações próprias aos falar são intersubjetivas pois, entre o ato e o que é dito, conforme Austin, não há apenas relações extrínsecas, mas também, e principalmente, relações intrínsecas através das quais “um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado”. Assim, esse caráter ativo imanente ao dizer – os seus “pressupostos implícitos” –, e a sua condição necessariamente interativa, faz da subjetivação o pressuposto para “tudo aquilo que fazemos existir ao dizê-lo” (DELEUZE & GUATTARI, 2005).

Falar não é comunicar uma informação, significar ou representar, mas agir implícita e circunstancialmente e levar adiante palavras de ordem. Levar adiante porque o dizer se dá através do discurso indireto, daquilo que se “ouviu” anteriormente e que se transmite ao enunciar conforme situações diversas (DELEUZE & GUATTARI, 2005). Faz-se ver através das palavras de ordem – e é isso o que faz com que atuem como um comando – aquilo que, de alguma forma, já se viu de antemão.

Entretanto, o que está em jogo aí não são apenas as coisas que deveriam ser percebidas em si, mas como selecioná-las e relacioná-las, a maneira com que é possível torná-las objetos do nosso pensamento. É dessa forma que o discurso indireto preenche a linguagem, com o que é enunciado imbricando-se a outros enunciados.

O ato expressivo, portanto, não é social por se dirigir a um outro imediato e dado, mas porque, ao dizê-lo, remete-se indiretamente a diferentes vozes que o perpassam. Fato que permite vislumbrar a existência de agenciamentos coletivos de enunciação e a sua operação junto aos processos de subjetivação:

O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos agenciamentos coletivos (de enunciação). Assim, compreende-se que só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina. Esse é precisamente o valor exemplar do discurso indireto, e sobretudo do discurso indireto "livre": não há contornos distintivos nítidos, não há, antes de tudo, inserção de enunciados diferentemente individuados, nem encaixe de sujeitos de enunciação diversos, mas um agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso. Não é a distinção dos sujeitos que explica o discurso indireto; é o agenciamento, tal como surge ir pra disney e acabou virando ditador livremente nesses discursos, que explica todas as vozes presentes em uma voz, as risadas de meninas em um monólogo de Charlus, as línguas em uma língua, em suma, as palavras de ordem (DELEUZE & GUATTARI, 2005, pg. 17).

Ou seja, é através dos agenciamentos coletivos de enunciação, “que exprimem e operam o conjunto das transformações incorpóreas que efetuam a condição da linguagem”, que se seleciona e se relaciona as coisas que são feitas ver nas palavras de ordem, as individualidades que se inscrevem sobre os corpos ao falar, individualidades entre as quais se encontram as próprias subjetividades (DELEUZE & GUATTARI, 2005). Dessa forma, o estudo dos processos de subjetivação passa por uma compreensão dos agenciamentos que os tornam possíveis. Agenciamentos estes que, em conjunto com a polifonia do discurso indireto que transmite as palavras de ordem, fazem com que não exista uma enunciação individual, ou mesmo um sujeito de enunciação, pois “a subjetivação não é primeira, mas deriva de um agenciamento complexo” (DELEUZE & GUATTARI, 2005). Os processos de subjetivação são, portanto, impessoais.

Porém, é importante salientar que relevar a importância dos agenciamentos coletivos de

enunciação não implica torná-los uma instância que explica e reduz todas as demais. Eles mesmos são imanentes aos atos expressivos e não cessam de variar, de passar por transformações nas quais as circunstâncias têm um peso fundamental (DELEUZE & GUATTARI, 2005). Os efeitos e consequências dos agenciamentos não são dados de antemão, como numa transcendência histórica, social ou cultural, mas, ao contrário, estão em jogo continuamente, implicando-se diretamente nos resultados imanentes das relações que eles mesmos proporcionam. Diante disso, se é possível reconhecer o fluxo contínuo de um agenciamento coletivo de enunciação, isso se dá, entre outras coisas, pelas linhas traçadas pelo discurso indireto através das palavras de ordem transmitidas localmente nos atos expressivos.

Dessa forma, portanto, ao fazermos um paralelo entre a discussão linguagem de Deleuze e Guattari e a noção de iterabilidade que Hall remete a Butler, podemos perceber que a iterabilidade não é uma repetição de um sentido unívoco que somente vem a ser alterado através de uma resignificação profunda, mas a própria condição para que haja variabilidade e resignificação nos atos performativos, que são intersubjetivos por natureza – ou seja, instáveis e jamais dados de antemão. Assim, Hall não parece formular bem a sua questão ao dizer que ainda há de se esperar uma conciliação entre a teoria da performatividade e um entendimento etnográfico do contexto e da agências dos indivíduos. Pois, se tal contexto é um que precede os atos performativos e a sua imanência, ela se arrisca a cair na primazia do campo social que Butler tanto critica em Bourdieu (BUTLER, 1999). Entretanto, se esse contexto é antes uma contextualização fruto do próprio ato performativo, não parece haver aí nenhum impedimento para a conciliação proposta por Hall. Afinal de contas, seguindo Tim Ingold, o contar relaciona, ele é o movimento de conexão que produz os pontos ao colocá-los em relação, pontos esses que operam continuamente no contextualizar.

Desse modo, as múltiplas vozes continuamente citadas através dos atos de fala não são apenas os limites que engessam a possibilidade de agência dos sujeitos, mas a condição de imanência dos sujeitos mesmos. Ou seja, elas oferecem o chão que vem a ser o raio de manobra da própria agência. Porém, se tal chão vem a ser estreito ou largo demais para a ação, aí temos um desafio para o entendimento etnográfico e antropológico. A começar por discutir o que vem a ser a agência a partir das interações dos interlocutores das nossas pesquisas, não se limitando, entretanto, à realização pura e simples das intenções desses sujeitos, mas trazendo a dinâmica social dos processos de subjetivação e da produção de tais intenções.

## **Referências bibliográficas**

AUSTIN, J.L. **How to do things words**. Londres: Oxford University Press, 1982.

BRIGGS, Charles L. **Learning how to ask**: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research. New York: Cambridge University Press, 1986.

BUTLER, Judith. “Performativity’s social magic”. In: **Bourdieu: A Critical Reader**.

SHUSTERMAN, R (org). Oxford: Blackwell Publishers, 1999, pp.113-128.

CARDOSO, Vânia Zikán. **Entre estórias**. Sem referência.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 2005.

HALL, Kira. “Performativity”. **Journal of Linguistic Anthropology**. 2000. 9(1-2): 184-187.

HANKS, William F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bordieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

KNABBEN, Rafael de Medeiros; RIFIOTIS, Theophilos. “**Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar**”: uma análise de narrativas de policiais que atuaram nas manifestações contra os aumentos de tarifas de ônibus em Florianópolis de 2005 e 2007 sobre esses eventos. Florianópolis, 2008. Monografia (Graduação) – UFSC.